

Abundância da natureza e mesquinhez do homem: história econômica da fome no Brasil

Luciano Alencar Barros¹

Resumo: O presente trabalho busca traçar um panorama geral da economia da fome, em suas diferentes manifestações, na história do Brasil desde o início da colonização. Argumenta-se que tal fenômeno é explicado pela concentração de renda e riqueza, e de fatores produtivos (em especial a terra) em atividades focadas em poucos produtos destinados à exportação em detrimento à produção de alimentos para o consumo interno. O objetivo é a apresentação de uma abordagem histórico-analítica do fenômeno, de modo a lançar luz sobre ele, contribuindo assim para sua melhor compreensão.

1 - Introdução

O fenômeno da fome quase sempre acompanhou a trajetória da humanidade, se afigurando como um dos seus principais e mais permanentes problemas, ainda que seu estudo não assuma papel de destaque. Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas a partir do advento da revolução industrial poderia, em tese, tornar o fenômeno ultrapassado, a ascensão da ética capitalista, segundo a qual cada indivíduo tem direito a usufruir daquilo a que se esforçou, passa a dar uma espécie justificativa moral para sua observância. Fato é que a fome não foi superada, e muitas das pessoas que mais se esforçam continuam a sofrer de desnutrição, total ou parcial. Este paradoxo é especialmente gritante no Brasil, país de dimensão continental e um dos principais produtores de alimentos do mundo.

O fenômeno da fome, que engloba, além da fome absoluta, a carência de determinados princípios nutritivos, foi introduzida no Brasil de forma intensa a partir do descobrimento, se estendeu por todo o período da colonização, do império, e pela maior parte do período republicano. Finalmente, no ano de 2014 o governo brasileiro orgulhosamente anunciou, citando um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura² (FAO), que o país havia saído do mapa mundial da

¹ Professor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ.

² O relatório “The State of Food Insecurity in the World”, de 2014, encontra-se disponível no site da FAO: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>

fome, na medida em que o percentual da população que se encontrava desnutrida situava-se abaixo de 5%. Considerava-se a vitória de uma longa batalha, trazida à luz pela contribuição de Josué de Castro, encampada por Herbert de Souza e tornada uma das principais bandeiras do partido dos trabalhadores (PT) após sua chegada ao poder em 2003.

Ainda que aquele tenha sido motivo de comemoração, a vitória não foi completa e, acima de tudo, não era definitiva. Com o advento da crise econômica de 2015-2016, e a ascensão dos governos liberais de Temer e Bolsonaro, a fome no país cresceu de forma quase contínua, e hoje exhibe números alarmantes. Esse fato inclusive ajuda na compreensão da força do projeto político do PT, historicamente comprometido com a causa, que nas eleições de 2022 foi novamente alçado ao poder.

Entender o histórico da ocorrência do fenômeno, o quadro atual, e, principalmente, chamar a atenção para a questão continua a ser fundamental. Neste sentido o presente artigo busca apresentar um panorama econômico da ocorrência da fome, em suas diversas manifestações, na história do Brasil. O foco do artigo é a análise da ocorrência da fome durante os ciclos da cana, do ouro e da borracha, ainda que a mesma forneça elementos importantes para contribuir para a compreensão do fenômeno nos últimos cem anos, quando a economia brasileira se industrializa e se complexifica.

Assim, se buscará demonstrar que a fome ao longo da história econômica brasileira decorre principalmente da permanente concentração de fatores produtivos para a monocultura ou monoexploração de produtos exportáveis em detrimento à produção de alimentos para o mercado interno. Com um maior desenvolvimento das forças produtivas no país, tal fenômeno ainda reflete, por um lado, a concentração de recursos na monocultura que visa a exportação em detrimento à agricultura familiar que produz alimentos para o mercado interno, e, por outro, os baixos níveis de renda real das camadas menos abastadas da população.

Assim sendo, o presente artigo se divide em mais sete seções, além desta introdução. A seção dois faz a distinção entre os conceitos de fome absoluta e oculta, fundamental para a compreensão do fenômeno, enquanto a seção três indica a forma como ele foi introduzido no território que hoje corresponde ao Brasil. A seção quatro apresenta em linhas gerais o sentido da colonização brasileira, refletido tanto em sua estrutura fundiária e no uso predominante dado à terra, quanto na dinâmica dual da economia brasileira, predominante até o início do século XX, apresentada na seção

cinco. A seção seis analisa tal dinâmica nos ciclos da cana, do ouro e da borracha, subsidiando alguns apontamentos sobre a fome nos séculos XX e XXI, a serem realizados na seção oito, que traz também alguns dados sobre a ocorrência do fenômeno no país nos últimos anos. Por fim a seção oito conclui o artigo.

2- O fenômeno da fome em suas diferentes manifestações

Em primeiro lugar, faz-se necessário distinguir entre os conceitos de fome absoluta e o de fome oculta. A primeira diz respeito ao estado de fome total, completa inanição, o estereótipo mais comum da fome, cuja ocorrência se torna cada vez menos frequente com o desenvolvimento das forças produtivas. A completa inanição de grandes contingentes de população – a fome epidêmica – é, via de regra, resultado de choques exógenos ao sistema econômico, tais como variações abruptas do clima ou a ocorrência de guerras, por exemplo, como as ocorridas na Europa, respectivamente, no final do século XVIII, e ao término da Segunda Guerra Mundial nos campos de concentração do continente assolado.

A fome oculta, por sua vez, é um fenômeno que tende a ser mais endêmico, sendo mais recorrente do que a fome absoluta e pouco compreendido por parte do grande público³. Trata-se de uma calamidade que assola permanentemente grupos humanos que *“se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias”* (CASTRO, 1984, p. 26), mesmo em sociedades ditas civilizadas.

Para seu perfeito desenvolvimento biológico, o ser humano necessita de uma alimentação completa, de tal forma que seja fornecido ao seu organismo, além de energia, diferentes princípios nutritivos. São inúmeras as carências desses princípios, e a forma e a intensidade que tais carências se apresentam varia muito, bem como suas possibilidades de combinações. As mais comuns são as de alguns tipos de gorduras, sais minerais, vitaminas e proteínas.

Este tipo de fome parcial, de determinados princípios específicos, ocorre muitas vezes em meio à abundância dos demais, o que pode dificultar sua identificação – daí o termo “fome oculta”. É certo que, com todo o avanço da ciência e tecnologia, essa identificação não constitui um problema para a medicina moderna, mas também é certo que essa medicina tende a ser orientada para atender os interesses das classes mais

³ Para mais acerca das causas nutricionais e as perversas consequências biológicas da fome oculta, ver Castro (1965; 1984).

abastadas, e não o das massas. Parte não desprezível destas, geração após geração, padece deste tipo de fome, que produz consequências mais nefastas do que a fome epidêmica, apesar de seus impactos não chocarem tanto quanto as imagens da fome absoluta.

Entender o fenômeno da fome em suas diversas manifestações no Brasil é fundamental para combatê-la. Como o rigoroso estudo de Josué de Castro aponta, sua ocorrência parece se iniciar com a colonização do território a partir do século XVI, e sua reprodução está diretamente relacionada à forma de organização produtiva desde então constituída, sendo esta determinada pelo sentido da colonização e refletida na forma de distribuição e uso dos fatores produtivos, em especial a terra. Paradoxalmente, é nos auges dos ciclos econômicos – da cana, do ouro, da borracha – que tal fenômeno tende a se alastrar com mais intensidade.

3 - As naus portuguesas trouxeram a fome endêmica para a Terra de Santa Cruz

Quando a historiografia econômica aborda a ocupação produtiva do território que seria denominado de Terra de Santa Cruz, via de regra toma como ponto de partida a chegada dos portugueses, e os fundamentos econômicos da colonização. Para os fins do presente trabalho, no entanto, é interessante que se volte para um pouco antes da chegada dos europeus ao continente americano, a fim de se evidenciar o paradoxo de que a fome endêmica surge com o contato com uma sociedade “mais civilizada” e a consequente implementação de um modo “mais avançado” de produção.

Os índios que habitavam o território que compreende o que hoje se conhece como Brasil tratavam a terra como um bem comunal, e, apesar de terem uma dieta baseada em alguns alimentos principais, como o peixe e a mandioca, tinham à sua disposição um número enorme de plantas e animais nativos, mantendo uma alimentação diversificada, com o consumo de variadas espécies de frutas, verduras, legumes e carnes⁴. Assim, é possível constatar a existência de evidências de que a diversificação alimentar das populações nativas garantia sua perfeita nutrição, a partir de achados paleontológicos que indicam a ausência de sinais de carências alimentares nos esqueletos fossilizados, diferente do que se observa nos esqueletos de membros de sociedades mais “avançadas”.

⁴ Senna (1947) lista cerca de cem contribuições de alimentos indígenas para a dieta brasileira, entre tubérculos, raízes, frutas, verduras, carnes e modos de preparo.

(...) os antropologistas já apresentaram abundante documentação provando que, entre os achados paleontológicos dos grupos humanos mais primitivos, não se encontram instrumentos nem sinais da existência da guerra organizada; tampouco se evidenciam, nos esqueletos fossilizados desses grupos primitivos, sinais de carências alimentares. Já nos grupos mais adiantados, os esqueletos trazem, gravadas, as marcas de várias carências alimentares – sinais biológicos da fome. (CASTRO, 1965, p. 60).

A monotonia alimentar, nutrição à base de um número restrito de substâncias alimentares, é uma das principais causas da fome oculta. Uma pesquisa⁵ realizada com as populações primitivas da Costa do Ouro revelou que os habitantes de uma comunidade daquela região se alimentavam de cerca de 114 espécies de frutas, 46 sementes de leguminosas e 47 verduras, o que constitui uma nutrição riquíssima, muito mais completa do que a que observada no padrão de consumo da maioria das sociedades modernas. Os próprios negros trazidos para o Brasil mantinham, em seus locais de origem, “*um regime alimentar dos mais saudáveis*” (CASTRO, 1984, p. 122)

Num magnífico estudo acerca das condições de alimentação no Congo Belga, Bigwood e Trolli mostram como, antes da colonização europeia, o negro se alimentava bem, à base dos recursos que desenvolvera na região, e como a economia mercantilista do colono europeu foi nociva às condições de vida desse povo. (CASTRO, 1984, p. 123)

Josué de Castro aponta evidências de padrões nutritivos adequados de populações nativas da África e da América do Sul: foram as naus portuguesas que trouxeram a fome endêmica para a Terra de Santa Cruz.

As condições alimentares encontradas a bordo das naus, com uma dieta artificial à base de alimentos conservados e excessivamente manipulados, provocaram nos marinheiros a carência de determinadas vitaminas, com suas consequências biológicas nefastas. Entre estas destacavam-se epidemias como as de escorbuto, muito bem descritas por Camões, que ceifaram incontáveis vidas – consequência da fome oculta. “*Além do perigo dos naufrágios, grande número de passageiros sucumbia à fome e por doenças. O escorbuto e doenças contagiosas, levadas de terra em terra, dizimavam as tripulações*” (SIMONSEN, 2005, p. 65).

Inclusive, como relata Josué de Castro, marinheiros da frota de Colombo, acometidos por escorbuto, solicitaram ser abandonados em uma ilha para lá morrerem. Uma vez em terra, tendo acesso a uma melhor dieta, teriam se curado da doença, sendo lá encontrados vivos tempos depois. Por esta razão a ilha ganharia o nome de Ilha da Curação, onde hoje é o país de Curaçao.

⁵ Gorou, P., Les Pays Tropicaux (1947), apud CASTRO (1965, p. 84).

(...) vários marinheiros da frota de Colombo, atacados certa vez durante a travessia pelo mal terrível e condenados irremediavelmente à morte, solicitaram ao comandante que os deixassem numa ilha deserta que se mostrava à vista do navio para que aí morressem tranquilamente e não fossem deste modo os seus corpos jogados ao mar e devorados pelos peixes. Tendo o comandante acedido ao pedido, foram aí abandonados à sorte e enquanto esperavam a morte se foram alimentando de folhas, frutos e brotos silvestres encontrados na ilha. Anos depois, regressando o barco pela mesma rota, viram-se sinais de vida na ilha deserta. Abordada a costa, verificou-se que lá estavam todos os moribundos ali deixados, mas agora em estado de perfeita saúde. A ilha onde se processou o milagre dessa ressurreição era uma terra tropical situada a 12° de latitude norte e que hoje é conhecida pelo nome de Curaçau, deturpação do nome inicial dado pelos portugueses em memória deste episódio, de “Ilha da Curação”, ou seja, da cura do terrível mal do escorbuto. (CASTRO, 1984, p. 92)

Muito pior para os habitantes da terra recém “descoberta” do que a chegada de europeus doentes foi o sentido da colonização que eles trouxeram. Este sentido relaciona-se diretamente com a forma de ocupação econômica do território, e reflete-se na distribuição e no uso dos meios de produção.

4 - Sentido da colonização, estrutura fundiária e uso predominante da terra

O clima tropical/subtropical da então Terra de Santa Cruz, ao mesmo tempo em que propiciava o desenvolvimento de atividades econômicas complementares às de Portugal, repelia os colonos que vinham como simples povoadores, por serem essas condições naturais radicalmente distintas daquelas dos seus locais de origem. Nos séculos que seguem o “descobrimento”, a colonização desta terra teve como objetivo “*explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu*” (PRADO JR, [1942] 2011, p. 28), o que configurava o quadro de uma colônia de exploração⁶ (em contraposição à colônia de povoamento)⁷.

Esse caráter de exploração, intimamente relacionado aos interesses comerciais portugueses, deixará, como se buscará expor, profundas implicações para o desenvolvimento do país, a tal ponto que Caio Prado Jr. afirma, em seu célebre livro

⁶ - Evidentemente esta é uma generalização simplificadora, um mero expediente analítico. Vão se desenvolver, futuramente, núcleos de povoamento no Brasil, principalmente no sul, bem como se desenvolve, nas colônias de povoamento, o sentido de exploração. Um bom exemplo foi a colonização inicial do território que hoje compreende os Estados Unidos: no sul predominou o caráter de exploração e no norte o de povoamento. Não por acaso a fome endêmica se fez muito mais presente no sul do que no norte daquele país.

⁷ - Eduardo Galeano expõe de forma concisa a distinção dos tipos de colonização: “Os peregrinos do Mayflower não atravessaram o mar para conquistar tesouros legendários nem para arrasar civilizações indígenas inexistentes no norte, mas para se estabelecer com suas famílias e reproduzir, no Novo Mundo, o sistema de vida e de trabalho que praticavam na Europa. Não eram mercenários, mas pioneiros; não vinham para conquistar, mas para colonizar: fundaram “colônias de povoamento”.” (GALEANO, 1976, p. 145)

Formação do Brasil Contemporâneo que “o *“sentido” da evolução brasileira (...) ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização*” (PRADO JR, [1942] 2011, p. 29). Este sentido nitidamente “volta-se para fora”, implica submissão à economia europeia.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (PRADO JR, [1942] 2011, p. 29)

A interação da economia européia com o novo território produz uma dinâmica dual: de um lado o setor de subsistência, voltado para abastecer o próprio território, e do outro o setor voltado para fora, para o intercâmbio com a metrópole. Neste, predominante, desenvolve-se, em um primeiro momento, a extração do pau-brasil, e logo em seguida a monocultura de cana de açúcar; enquanto naquele desenvolve-se principalmente a pecuária e a agricultura de gêneros alimentícios.

Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo. (CASTRO, 1984, p. 268)

Uma vez entendido o sentido da colonização, fica evidente que um dos pilares da ocupação do novo território era a apropriação da terra e a exploração dos produtos dela oriundos, de modo a se produzir um excedente – diferença entre o produto social e o consumo necessário para produzi-lo – a ser apropriado pela metrópole.

A primeira estrutura fundiária do Brasil foi o sistema de capitânicas hereditárias, no qual a Coroa concedia grandes extensões de terra – as sesmarias – a donatários, em troca de tributos e da garantia que protegeriam a terra. Os donatários tinham direito de legar a seus herdeiros a terra, bem como reparti-las e distribuí-las para outras pessoas interessadas em explorá-las (e com recursos para tal).

Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de Sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse à mão do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. (FURTADO, 2006, p.177)

É importante notar a relação direta entre o sentido da colonização e os tamanhos das propriedades. Por exemplo: na Europa, com o cercamento dos campos, as terras foram sendo divididas em propriedades privadas de tamanhos variados, mas muito inferiores aos das sesmarias brasileiras. Uma análise do desenvolvimento dos EUA

evidencia a importância do sentido da colonização na definição da estrutura fundiária: no norte, onde sobressaía o caráter de povoamento da colonização, predominaram propriedades de pequeno e médio porte, enquanto no sul, colonizado de acordo com uma lógica mais exploratória, se constituíram grandes latifúndios. A vitória do norte na guerra de secessão significou a predominância do sentido de povoamento sobre a lógica da exploração, e, com a promulgação da constituição, foi garantido o acesso a terra a quem estivesse apto a nela trabalhar, e estabeleceu-se o limite de cem acres para os tamanhos das propriedades⁸.

A grande exploração agrária (...) resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de estabelecer neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São esses, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. (PRADO JR, [1942] 2011, p. 29)

A análise da legislação fundiária aprovada em meados do século XIX deixa ainda mais nítido o sentido predominante da colonização, no Brasil e nos Estados Unidos. Aqui Dom Pedro II promulgou, em 1850, a Lei de Terras, que restringiu a propriedade da terra a quem pudesse pagar, excluindo o acesso às mesmas aos escravos (na iminência de sua libertação) e consolidando o grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. Doze anos depois foi aprovado nos EUA o *Homestead Act*, que tornava as terras férteis acessíveis para os colonos norte-americanos.

A estrutura fundiária orientada pelo caráter de exploração, baseada em latifúndios (cujo sistema mais adaptado é a monocultura), constitui um entrave ao pleno desenvolvimento agrícola do Brasil voltado ao abastecimento alimentar de sua população: a terra é abundante, mas seu uso é concentrado.

Segundo o Atlas do Espaço Rural do IBGE, baseado no Censo Agropecuário de 2017⁹, o Brasil tem hoje uma das maiores concentrações de terra do mundo, com 2,1% das propriedades rurais tendo mais de 500 hectares e ocupando 58,4% das terras destinadas à agropecuária, sendo a maior parte destinada para a produção visando a

⁸ Apesar de Brasil e EUA terem proporções continentais, as propriedades fundiárias norte-americanas sempre foram muito inferiores às brasileiras.

⁹ O Atlas está disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/#/home/>, e o Censo Agropecuário em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em 11/03/2024.

exportação. Por outro lado, cerca de 70% dos alimentos produzidos para os brasileiros provém da agricultura camponesa: propriedades com menos de 50 hectares representam 81,4% dos estabelecimentos, mas ocupam apenas 12,8% do total da área destinada à agropecuária.

É uma enorme contradição um país com proporções continentais, com tantas e tão férteis terras agricultáveis e condições favoráveis de clima, apresentar quadros tão alarmantes de subnutrição, inclusive no campo, onde, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar de 2022 (VIGISAN, 2022), mais de 19 milhões de pessoas passavam por algum tipo de insegurança alimentar entre 2021 e 2022. Este resultado é em larga medida influenciado pela predominância do setor exportador em detrimento à produção de alimentos para o mercado interno, parte da dinâmica dual da economia brasileira, iniciada a partir da colonização europeia.

5 - A dinâmica dual da economia brasileira

Como exposto anteriormente, o sentido da interação da economia europeia com o território que hoje compreende o Brasil gerou uma estrutura dual, com um setor basicamente voltado para o exterior (setor I), predominando o monocultivo ou a monoexploração de produtos exportáveis (açúcar, tabaco, ouro, algodão, cacau, café, borracha, etc.), e um setor de subsistência, mais voltado para a demanda interna (setor II), não necessariamente via mercado. Como também se expôs, este mesmo sentido implicou em uma elevada concentração de terras, fator crucial na compreensão do balanço entre a monocultura (em geral) para exportação e a produção de alimentos voltados para o abastecimento interno

Para o exame ora proposto um recorte analítico que separa a economia em dois setores segundo a fonte principal da demanda – interna ou externa – é suficiente. O conceito de subsistência aqui é empregado em um sentido amplo, como subsistência das populações locais, seja via mercado, seja subsistência propriamente dita, produção para consumo próprio sem intermédio de troca. Evidentemente trata-se de um recorte simplificador, incapaz de subsidiar uma compreensão mais detalhada da dinâmica econômica. Produtos em geral voltados para a demanda interna também são destinados à exportação, bem como parte da produção do setor I também se volta para o mercado doméstico. Ainda assim, como se buscará demonstrar, tal recurso é útil para análise ora proposta.

Na próxima seção serão abordados alguns “ciclos econômicos”, como o do açúcar, o do ouro e o da borracha, para evidenciar como se opera essa dinâmica dual, e como é possível que a fome ocorra em tais ciclos, especialmente em seus auge. Ainda que também se possa debater os prós e contras de se recorrer ao expediente analítico da divisão da histórica econômica em ciclos, ele pode ser funcional para o exame desta dinâmica dual da economia brasileira. Esse exame inclusive fornece elementos que contribuem para a compreensão do fenômeno da fome em períodos posteriores, a partir do século XX, quando a economia se industrializa e se complexifica. Mas antes faz-se mister compreender a dinâmica dual predominante até o século XIX.

Uma vez entendido o sentido da colonização, fica evidente que o setor voltado para a exportação é sempre prioritário. E o segundo plano relegado ao setor de subsistência cria recorrentes problemas de abastecimento das populações locais.

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota a agricultura de subsistência, (...) cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. (PRADO JR, [1942] 2011, p. 171)

Ainda que a situação da fome tenha sido recorrente ao longo da colonização (e mesmo depois dela), paradoxalmente a situação se torna mais grave nos períodos de “*alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e atenções se voltam inteiramente para ela e as culturas alimentares são desleixadas e abandonadas*” (PRADO JR, [1942] 2011, p. 171).

A dinâmica do processo é simples e recorrente ao longo da história econômica brasileira. Conforme se aumenta o preço do produto exportável, fatores produtivos são deslocados do setor II para o setor I, atraídos pela sua alta rentabilidade.

Como os fatores de produção ligados ao setor exportador são beneficiados, forma-se um movimento no sentido da transferência de fatores para o setor onde houve a alta de preços. A produção ligada ao mercado interno é assim prejudicada, o que é bem mais grave quando está crescendo a renda dos consumidores por efeito da elevação dos preços de exportação. Dessa situação, como é natural, terá que resultar um aumento dos preços dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno. Se o setor exportador representa, como ocorre no Brasil, uma parte muito importante da agricultura, é perfeitamente natural que os fatores ligados ao mercado interno procurem nivelar suas remunerações pelo padrão estabelecido no setor de exportação, pelo menos em base regional. (FURTADO, 2006, p. 321)

Em determinados momentos e regiões o setor I chega a absorver quase que a totalidade de tais fatores, de modo que “*a alta dos preços dos produtos exportáveis*

estimula de tal forma estes últimos que os alimentos são completamente abandonados (...)” (PRADO JR, [1942] 2011, p. 166). Com a crescente desarticulação do setor II, isto é, com braços, terras e capitais transferidos da agricultura e da pecuária voltadas a abastecer o mercado interno para o setor exportador, começam a faltar alimentos, o que, em um cenário de elevação dos salários e da renda (dado o impulso do setor I), faz aumentar o preço de tais produtos. Esta inflação é ainda agravada pelo encarecimento dos fretes, dado que regiões dedicadas ao setor I se veem obrigadas a se abastecer com a produção de outras localidades.

Estes alimentos trazidos de outras regiões dedicadas ao setor II são, via de regra, não ou pouco perecíveis, como os conservados, concentrados, purificados e refinados que, apesar do alto valor energético, são, em geral, pobres em sais minerais e vitaminas. As consequências de uma nutrição baseada nestes alimentos são a lenta degeneração fisiológica, o que acarreta diversos tipos de doenças, como pneumonia, úlceras, beribéri, pleurisias e apoplexias¹⁰.

Assim, em períodos de ascensão do ciclo, a fome dissemina-se, de forma quantitativa para as populações menos abastadas, dado o encarecimento dos alimentos, mas principalmente qualitativamente, dada a pobreza nutritiva dos alimentos disponíveis e acessíveis.

Nas fases descendentes do ciclo a retração do fluxo de renda tende a gerar desemprego, subemprego e a desaceleração, estagnação ou queda dos salários reais. Em razão do elevado grau de concentração dos meios de produção, da renda e da riqueza, observa-se uma ampla disseminação da fome, em suas diversas manifestações, nos estratos mais baixos da classe trabalhadora. Em regiões/períodos em que a terra é acessível, a mão de obra antes empregada no setor I pode ser absorvida no setor II, caso contrário tende a migrar para outras regiões rurais ou para as cidades. Ademais, em tais fases esse processo tendia a ser agravado ainda por desvalorizações cambiais¹¹, dados os seus impactos inflacionários.

A fome em suas diversas manifestações, fenômeno comum ao longo da história brasileira a populações escravizadas e estratos mais baixos da classe trabalhadora, em

¹⁰ A partir da segunda metade do século XX passou a se observar a disseminação de produtos industrializados e ultraprocessados, com elevados teores de gordura, açúcar e sal, implicando outras doenças como obesidade, diabetes, pressão alta e doenças renais.

¹¹ As desvalorizações voltavam-se tanto para ajustar o balanço de pagamentos (uma vez que se observava redução do influxo de divisas) quanto para proteger a lucratividade do setor exportador (em razão da queda dos preços e das quantidades exportadas).

determinados momentos chegou a pontos tão extremos que passou a afligir até as classes mais abastadas, sendo registrados casos de milionários comendo ratos, cães e gatos – prova incontestável da irracionalidade do sistema, que em tais momentos exibiu a paradoxal situação de escassez de alimentos em meio à abundância de recursos.

6 – Abundância e mesquinhez: a fome em diferentes “ciclos econômicos”

O fenômeno da fome no Brasil, exceção no período pré-colonial, passou a se manifestar de forma intensa e recorrente nos diferentes ciclos econômicos dos principais produtos exportáveis. Esta aparente contradição – uma vez que tais ciclos deveriam em tese trazer prosperidade, e não esgarçamento das condições sociais – é facilmente compreendida a partir da dinâmica dual da economia, na qual o setor I absorve quase que a totalidade dos fatores produtivos, e o setor II não consegue sustentar nutricionalmente de forma apropriada (em termos quantitativos e, especialmente qualitativos) as populações locais.

A fome reinante nas terras sul-americanas é uma consequência direta do seu passado histórico: da história de sua exploração colonial, de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo das pedrarias, o ciclo do café, o ciclo da borracha, o ciclo do petróleo, etc. Durante cada um desses ciclos, vemos toda uma região absorvendo-se inteiramente no monocultivo ou na monoexploração de um produto, esquecendo tudo o mais e degradando destarte as riquezas naturais e as possibilidades de abastecimento da região. (CASTRO, 1965, p.168-169)

A exploração econômica do território que hoje constitui o Brasil se iniciou com o extrativismo de Pau-Brasil, de modo que a expedição exploradora enviada para Santa Cruz, ainda em 1501, já voltou com um carregamento da madeira, declarada monopólio da coroa portuguesa. Desde o começo do século XVI diversas feitorias foram erguidas, muitas das quais desapareciam, “*ora esmagadas pelo gentio, ora conquistadas pelos franceses*” (SIMONSEN, 2005, p. 100). Nesta fase inicial da colonização se realizou “*uma tentativa de policultura, a qual, ajudada pela colheita das frutas silvestres e pela caça dos animais da terra, dava de sobra para manter um regime sadio dos primeiros colonos da Terra de Santa Cruz*” (CASTRO, 1984, p. 120). No entanto, com o tempo foi ficando evidente que seria necessário desenvolver atividades econômicas mais rentáveis (para além do simples extrativismo) para de fato ocupar o território, sob o risco de perdê-lo.

A economia açucareira teve importância fundamental neste processo inicial de colonização do Brasil, uma vez que viabilizou a fixação no território e permitiu que se cobrissem os gastos relativos à defesa da terra. Conforme eram constituídos os engenhos, desarticulava-se a policultura desenvolvida nas primeiras décadas de colonização, deixava-se “*as roças de mandioca abandonadas aos cuidados primitivos do indígena*” e as plantações de frutas eram “*abandonadas à sua sorte ou apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas grandes dos engenhos, para regalo exclusivo da família branca do senhor*” (CASTRO, 1984, p. 120). Com o tempo foi necessário o desenvolvimento paralelo de atividades agropecuárias voltadas para suprir a indústria açucareira, viabilizando-as, mas às custas de redução da variedade de alimentos disponíveis.

Dada as técnicas desenvolvidas nas ilhas do Atlântico, a abundância de terras, e uma vez solucionado o problema da mão de obra por meio do recurso à escravidão, os capitais europeus expandiram rapidamente a produção açucareira. E muitas vezes esta expansão se dava comprometendo parte expressiva do setor produtor de alimentos.

A alta rentabilidade do negócio induzia à especialização, sendo perfeitamente explicável – do ponto de vista econômico – que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias, pelo menos quando eram favoráveis as perspectivas do mercado de açúcar. A própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas. (FURTADO, 2006, p. 92-93)

Apesar de ordens expressas dos senhores de engenho para que os escravos se dedicassem exclusivamente ao eito da cana¹², estes sempre que podiam se voltavam à plantação de outros gêneros alimentícios para complementar sua dieta, o que nem sempre era possível.

Desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região. (CASTRO, 1984, p. 124)

¹² “No Brasil, a resistência dos índios abstencionistas e dos negros rebeldes dos quilombos, e mesmo dos colonos brancos e mestiços mais pobres desprovidos de terras, não deu para vencer a força opressiva do latifundiarismo. Para vencer as proibições contra a agricultura de outras utilidades e a criação de quaisquer espécies — proibições estabelecidas em cartas-régias e reforçadas ao máximo pela autoridade ilimitada dos senhores de engenho, onipotentes em seu regime de vida escravocrata e patriarcal. Homens com um ciúme de suas terras maior do que de suas mulheres e horrorizados com o perigo de que estas terras se rebaixassem devassamento a produzir qualquer outra coisa que não fosse cana. Qualquer coisa menos nobre, seja de cultura índia ou negra — mandioca, milho, amendoim, feijão” (CASTRO, 1984, p. 126).

Segundo o autor, a prova incontestável desta tendência de os negros se dedicarem à policultura de gêneros alimentícios seria dada pela economia dos Quilombos onde eles, livres das imposições dos europeus, podiam se dedicar às atividades que quisessem.

Que o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações, apesar da brutalidade com que fora arrastado de sua terra, com todas as suas raízes culturais violentamente arrancadas, é o que podemos verificar através do estudo da organização econômico-social dos quilombos, dos núcleos de negros fugidos e escondidos no mato. Palmares, o mais significativo dos núcleos de libertação negra da tirania monocultora, se apresenta como uma demonstração decisiva da absoluta integração do negro à natureza regional, aproveitando integralmente seus recursos e desenvolvendo, a favor de suas possibilidades, recursos novos. Na paisagem cultural de Palmares, com os traços naturais da terra tão bem ajustados às necessidades do homem, vamos encontrar um regime de policultura sistemática. (CASTRO, 1984, p. 124)

Nas plantações de cana a alimentação das populações escravizadas, que já era deficiente (restrita a poucos tipos de alimentos), tornava-se ainda mais precária nos momentos de ascensão da economia açucareira, quando aumentava o controle sobre as condições de trabalho e as jornadas se intensificavam. Em momentos de declínio cíclico e em períodos de entre safra a situação tendia a melhorar, dado que a mão de obra podia voltar-se, também, à produção de diferentes gêneros alimentícios.

O balanço geral feito pela historiografia é de que a dieta dos escravos era totalmente insuficiente, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Este é, inclusive, um dos principais fatores que explicariam a disseminação de diversas doenças, como o úlceras crônicas nos olhos e cegueira noturna, e as altas taxas de aborto e mortalidade dos escravos no Brasil em relação aos dos Estados Unidos (ARAUJO E COSTA-SOUZA, 2012, p. 979; FURTADO, 2006, p. 173-174).

O fato de que a população escrava brasileira tivesse uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade indica que as condições de vida da mesma deviam ser extremamente precárias. O regime alimentar da massa escrava ocupada nas plantações açucareiras era particularmente deficiente. (FURTADO, 2006, p. 175)

É evidente que as dietas das populações escravizadas variavam de região para região, de proprietário para proprietário, bem como ao longo do tempo. Por exemplo, na segunda metade do século XIX, com as crescentes restrições ao tráfico negreiro, buscou-se melhorar a alimentação dos escravizados nas lavouras de café a fim de reduzir sua taxa de mortalidade (PORTO, 2006, p. 1022).

Com a monocultura de açúcar absorvendo fatores produtivos e dificultando a produção de alimentos – especialmente em momento de alta dos preços –, estes se

tornam mais escassos e caros. Tal processo se estende desde o final do século XVI até meados do século XX. Na virada do século XVII para o XVIII a situação chegou a tal ponto que se promulgaram leis obrigando os lavradores de cana a plantar no mínimo quinhentas covas de mandioca para cada escravo, e que os responsáveis pelo tráfico negreiro tivessem plantações suficientes para abastecer sua tripulação e os escravos transportados.

Mais tarde, começou-se a incluir nas sesmarias concedidas a cláusula de plantar um certo número de covas desde o primeiro ano de ocupação. Outra disposição legal mandava que ninguém pudesse ser lavrador de cana sem ter para mais de sete escravos próprios. (PRADO JR, [1942] 2011, p. 171).

Se até o fim do século XIX os escravos sofriam reduções quantitativas e qualitativas de alimentos em razão de sua escassez local, com a crescente introdução do trabalho assalariado, parte expressiva da classe trabalhadora passa a não ter recursos suficientes para custear uma dieta adequada, reduzindo quantitativamente a ingestão de alimentos e recorrendo a outros mais baratos e mais pobres em termos nutritivos. Josué de Castro expõe de forma concisa como este processo, observado em meados do século XX no Nordeste brasileiro, implica no estranho fenômeno da ocorrência da fome em uma área outrora tão abundante.

Nessa área, das poucas tropicais de solo realmente fértil de clima propício à agricultura, e recoberta primitivamente por um revestimento florestal extremamente rico em árvores frutíferas, vamos encontrar hoje uma das regiões de fome do continente, em consequência da absorvente e autofágica indústria açucareira, que açambarcou todas as terras disponíveis na região para recobri-las inteiramente de cana de açúcar. A ausência de cultivo de frutas, verduras e legumes, e da criação de gado, na região, tornaram assim o problema alimentar extremamente grave, numa área que poderia dispor de uma infinita variedade de alimentos, se sua exploração se tivesse orientado para a policultura. (CASTRO, 1984, p. 169)

Até o século XIX, o fenômeno da fome – absoluta e sobretudo oculta – incidia principalmente nas populações escravizadas, e nos estratos mais pobres da classe trabalhadora rural e urbana. Com o progressivo abandono da escravidão, tais estratos tornam-se os principais grupos sociais que padecem da desnutrição. Tendo em vista a elevada concentração de recursos no país e o fato de que o insuficiente Estado de bem estar social só começa a se estruturar a partir de meados do século XX, tal fenômeno se explica basicamente pela insuficiência da renda real para que tais grupos tenham acesso a uma dieta adequada, dados os níveis baixos de renda nominal e os preços relativamente altos de um cesta de consumo completa em termos nutricionais.

Com a disseminação do trabalho assalariado, tem-se uma inversão na periodicidade da fome na indústria açucareira. Ao contrário do que o que se observava

no tempo da escravidão, agora no auge do ciclo a situação alimentar da classe trabalhadora melhora, com a elevação da remuneração, deteriorando-se de forma intensa em períodos de crise e entre safra, com o alastramento do desemprego e da miséria.

Durante o período da safra amplia-se o horizonte de trabalho e surge uma prosperidade relativa, mas na entressafra vem o desemprego e se acentua a miséria dessa população, que não tem possibilidade de acumular reservas na fase de produção. (CASTRO, 1984, p. 134)

Ainda que o fenômeno da fome tenha atingido principalmente a classe trabalhadora (escravizada e assalariada) ao longo da história econômica do Brasil, em determinados momentos ele chegou a se disseminar para outras classes sociais, paradoxalmente, também no auge de ciclos econômicos como os do ouro e da borracha.

No ciclo do ouro o contraste entre riqueza e fome foi particularmente absurdo. Atraídas pela presença de metais preciosos, populações se aglomeravam nas regiões mineradoras. A presença do metal de aluvião no fundo e margens dos rios fazia com que não fossem necessários muitos recursos para sua exploração, o que atraiu trabalhadores de toda a colônia e da Europa, bem como intensificou o fluxo de pessoas escravizadas da África para lá¹³.

Tais regiões possuíam solos de baixa fertilidade, relevo acidentado e, com isso, difícil acesso. “*As regiões mineradoras não eram, em conjunto, favoráveis nem à agricultura nem à pecuária. O relevo acidentado, a natureza ingrata do solo se opunha a tais indústrias*” (PRADO JR, [1942] 2011, p. 57). Este rápido influxo populacional frente à dificuldade de abastecimento local satisfatório traria profundas consequências em termos de insegurança alimentar.

De fato, a mineração produziu uma rápida concentração de populações em zonas pouco férteis, provocando uma grande procura de alimentação e crises terríveis de fome que as crônicas relatam sob as mais sombrias cores. (SIMONSEN, 2005, p. 205).

Dada a alta rentabilidade do setor de mineração, este concentrava capitais e mão de obra, de modo que poucos recursos eram destinados a produção de alimentos. A situação era agravada pelas próprias características da mineração que, ao contrário da grande lavoura, não possibilitava que a força de trabalho nela empregada se dedicasse, simultaneamente, a culturas alimentares de subsistência. Além disso, a própria administração metropolitana desincentivava a produção agrícola regional, chegando, no

¹³ “Afluem então para o coração do continente levas sobre levas de povoadores. Alguns são colonos novos que vêm diretamente da Europa; outros, os escravos trazidos da África. Muitos porém acorrem dos estabelecimentos agrícolas do litoral, que sofrem consideravelmente dessa sangria de gente e cabedais”. (PRADO JR, [1942] 2011, p. 29)

esgotamento do ciclo, a atribuir a ela *“uma das causas do declínio da mineração e dos rendimentos do sacrossantos erário real”* (PRADO JR, [1942] 2011, p. 169-170).

Os diversos víveres precisavam ser trazidos de outras regiões, o que, dadas as dificuldades de transporte, encarecia seus preços. Assim, *“(...) a excessiva concentração de recursos nos trabalhos mineratórios conduzia sempre a grandes dificuldades de abastecimento. A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro”* (FURTADO, 2006, p. 121). A insegurança alimentar chegou a níveis tão alarmantes que passou a afligir até as camadas mais abastadas da população.

Os mineiros desprezavam o cultivo da terra e a região sofreu epidemias de fome em plena prosperidade, por volta de 1700 e 1713; os milionários tiveram que comer gatos, cães, ratos, formigas, gaviões. Os escravos esgotavam suas forças e seus dias na lavagem de ouro. (GALEANO, 1976, p. 64).

As conseqüências desse ciclo econômico destrutivo foram nefastas para a população local, que sofria com doenças como pleurisias, apoplexias, convulsões, paralisias, pneumonia e muitas outras, que por vezes levavam à morte. Uma vez esgotado o ouro, o sistema se desarticulou rapidamente, e os fatores foram dispersos ou realocados no setor de subsistência¹⁴.

Os ciclos do algodão no Maranhão, na virada do século XVIII para o XIX, e da borracha na Amazônia, na virada deste para o XX, fornecem outros exemplos nítidos do processo de disseminação da fome a partir da dinâmica entre os setores I e II.

No Maranhão a situação é a mesma. As fomes são frequentes, o algodão absorve todas as atividades e ninguém cuida de culturas alimentares (...). Como se vê, até a alimentação de seus habitantes é, no Brasil colônia, subsidiária da exportação” (PRADO JR, [1942] 2011, p. 173).

O caso da borracha é ainda mais emblemático, haja vista sua magnitude. Dado o crescimento acelerado da demanda por borracha em razão do avanço da indústria automobilística, seu preço disparou, se decuplicando entre a segunda metade do século XIX e os anos de 1909-1911 (FURTADO, 2006, p. 191). Assim, quase toda a mão de obra, a local e a que foi atraída para lá pela oportunidade de enriquecer com o “ouro branco”, passou a trabalhar na extração do látex. Para além da atratividade econômica espontânea da extração do látex sobre a mão de obra local, havia coerção para que a mesma não se dedicasse a outras atividades agrícolas (GREMAUD, ET AL., [1997] 2008, p. 58).

¹⁴ “Uns poucos decênios foram o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência (...).” (FURTADO, 2006, p.134)

Assim, com o setor I atraindo (espontaneamente ou coercitivamente) toda a mão de obra disponível, o setor de subsistência entrou em colapso, e a manutenção da crescente população passou a depender do comércio de alimentos com outras regiões. Isto os encarecia, situação especialmente delicada uma vez que os trabalhadores eram obrigados a adquirir os produtos necessários à sua alimentação no comércio dos donos dos seringais, onde os elevados preços não apenas absorviam parte considerável da remuneração dos seringueiros, como muitas vezes os deixavam endividados¹⁵.

Muito pior do que a restrição quantitativa de alimentos para as populações mais pobres era a restrição qualitativa (generalizada) das dietas, marcadas pela extrema pobreza nutricional.

Com a paralisação da pesca e com os rebanhos abandonados, afogando-se à míngua nas enchentes, com a agricultura parada por falta de braços, enfim, com todas as fontes de riqueza local se desmoronando, a alimentação regional sofreu tremenda crise. Passou a ser constituída quase que exclusivamente de alimentos secos, de conservas importadas de terras distantes. O regime alimentar do seringueiro era composto de carne-seca ou charque, corned-beef, feijão empedrado ou bichado, farinha d'água, arroz sem casca, conservas em latas, doce, chocolate e bebidas alcoólicas, importadas diretamente da Europa. (CASTRO, 1984, p. 88)

A deficiente alimentação, carente de complexo B, provocou uma epidemia de beribéri: *“a floresta virgem cobrou caro a ousadia daqueles pioneiros que tentavam arrancar a riqueza maldita do seio da selva tropical. E sua vingança predileta foi o beribéri”* (CASTRO, 1984, p. 161). Isto tudo no auge do ciclo econômico, quando em determinado momento a borracha passou a representar mais de um quarto do valor total das exportações brasileiras.

Com a produção de borracha em outras regiões depois da Primeira Guerra Mundial, e com sua progressiva substituição por produtos sintéticos a partir dos anos 1940, a economia do produto se desarticulou, e a população por ela atraída *“estaria reduzida de forma permanente a condições de vida ainda mais precárias que as que havia conhecido em sua região de origem”* (FURTADO, 2006, p. 196). E assim observou-se, novamente, o alastramento da fome.

Ainda que o “ciclo” do café não seja o foco do presente artigo, cabe destacar que os problemas alimentares a ele associados se assemelham muito àqueles observados na lavoura de cana, especificamente na cafeicultura das “velhas regiões”, onde empregava-

¹⁵ Ademais, para além dos aspectos econômicos, as condições de vida dos seringueiros eram extremamente difíceis, uma vez que muitos deles, morando sozinhos, isolados, estavam sujeitos a ataques de animais e a diversas doenças, e assim recorrentemente morriam ou eram levados à loucura (GREMAUD, ET AL., [1997] 2008, p. 58).

se mão de obra escrava (ARAÚJO E COSTA-SOUZA, 2012, p. 979). Nas regiões próximas ao oeste paulista, onde adotava-se mão de obra assalariada, a situação era melhor. Ali, além de receber salários, os colonos tinham acesso a lavouras próprias para cultivar gêneros de primeira necessidade.

Cabe reforçar, por fim, que a concentração de terras para a monocultura voltada à exportação dificulta o pleno aproveitamento do potencial dos recursos do território para a produção de alimentos, implicando redução da diversidade e aumento (ou dificultando a redução) dos seus preços. Como já exposto, a partir da introdução do trabalho assalariado, a baixa renda e o (relativamente) elevado preço dos alimentos é um dos principais fatores explicativos da fome. E no caso do café ainda há o agravante que as políticas que visavam proteger seu preço – com recurso à desvalorização cambial – implicavam inflação, agravando o problema para os estratos menos abastados da população.

7 – Apontamentos sobre a fome no Brasil nos séculos XX e XXI

A partir do segundo quartel do século XX o Brasil experimentou um vigoroso processo de industrialização. No que diz respeito especificamente ao fenômeno da fome, tal processo é especialmente relevante na medida em que se alastra para a agropecuária, durante a chamada “revolução verde” que, elevando a intensividade de capital, aumentou em muito os níveis produtividade do setor. Apesar das expectativas de resolução do problema da fome no Brasil e no mundo, não foi o que se observou.

A análise desenvolvida nas seções anteriores, apesar de não ser nem de perto capaz de descrever a dinâmica de uma economia cada vez mais complexa, oferece alguns subsídios interessantes para a compreensão do fenômeno da fome desde o século XX.

Tendo em vista o sentido da colonização, não é de se surpreender que a industrialização da agricultura tenha representado uma modernização conservadora, na medida em que não tenha alterado a estrutura fundiária, e que tenha predominantemente focado a produção da monocultura voltada para a exportação. Ou, nos termos das seções anteriores, tenha se concentrado no setor I.

Ademais, o desenvolvimento de alimentos industrializados e ultraprocessados, apesar de em tese contribuir para a redução da limitação quantitativa de alimentos

ofertados para as populações mais pobres, na prática reduz a riqueza nutritiva das dietas, dando novo impulso à fome oculta.

Ainda que fuja do escopo do presente trabalho uma análise pormenorizada do fenômeno da fome nos séculos XX e XXI, cabe alguns apontamentos. Dado o enorme desenvolvimento produtivo da economia brasileira – em especial no que tange a produção de alimentos –, a fome (quantitativa e qualitativa) se explica basicamente pelo baixo poder aquisitivo das camadas menos favorecidas da sociedade.

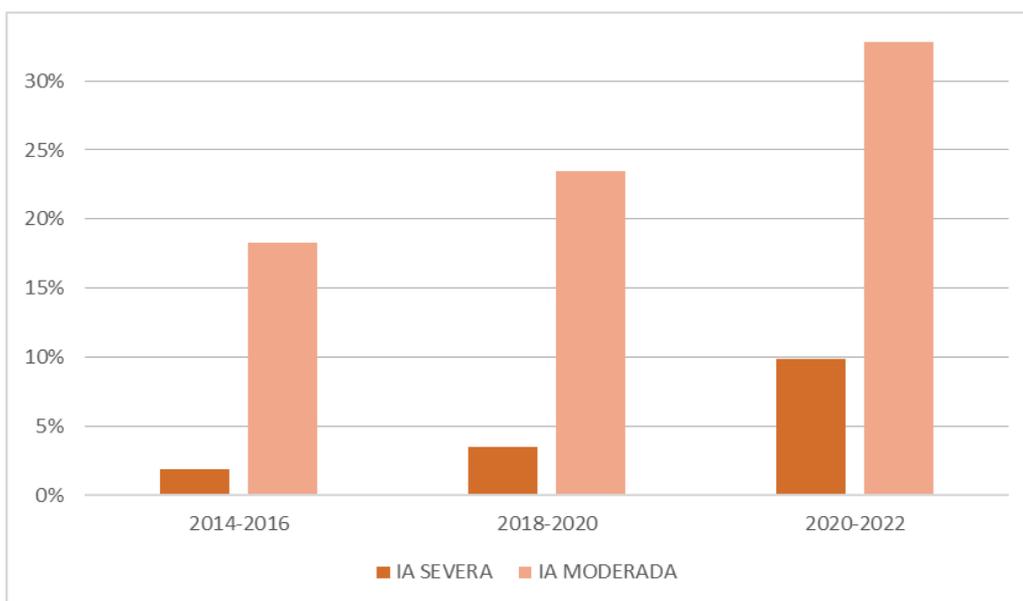
Em paralelo à baixa renda da população, tem-se a lógica da produção de alimentos. O Brasil tornou-se, progressivamente, um dos maiores produtores de alimentos do mundo. No entanto, uma parcela reduzida das terras é destinada à agricultura familiar voltada para abastecer o mercado interno, e a grande maioria é devotada à monocultura para a exportação.

A saída do Brasil do mapa da fome em 2014 indica qual é o caminho deve ser seguido. Para além das inúmeras políticas públicas adotadas (como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os programas de aquisição de alimentos e os estoques reguladores), logrou-se, por um lado, expandir a produção de alimentos da agricultura familiar, e, por outro, aumentar o poder aquisitivo das camadas menos abastadas. Tal elevação se deu basicamente por meio da elevação dos níveis de emprego e remuneração, e de programas de transferência de renda. Mas tratou-se de uma vitória provisória (BARROS, 2022).

Com a depressão iniciada em 2015, observou-se um enorme empobrecimento da população brasileira. Some-se a isso a estagnação econômica e a desarticulação de diversas políticas públicas voltadas ao combate a fome a partir do golpe parlamentar de 2016, e o resultado foi que o país não apenas voltou ao mapa da fome, mas apresenta hoje números alarmantes.

Apenas a título de ilustração, os gráficos 1 e 2 evidenciam a deterioração nas condições de segurança alimentar no país nos últimos anos. O gráfico 1 se utiliza dos dados dos relatórios *The State of Food Insecurity in the World* de 2021 e de 2023, publicados pela *Food and Agriculture Organization* da Organização das Nações Unidas (FAO/ONU). Como é possível constar, tanto a insegurança alimentar (IA) severa, crítica, quando há falta de alimentos básicos, quanto a moderada, quando há desafios ao acesso regular aos mesmos, vêm crescendo constantemente desde 2014-16.

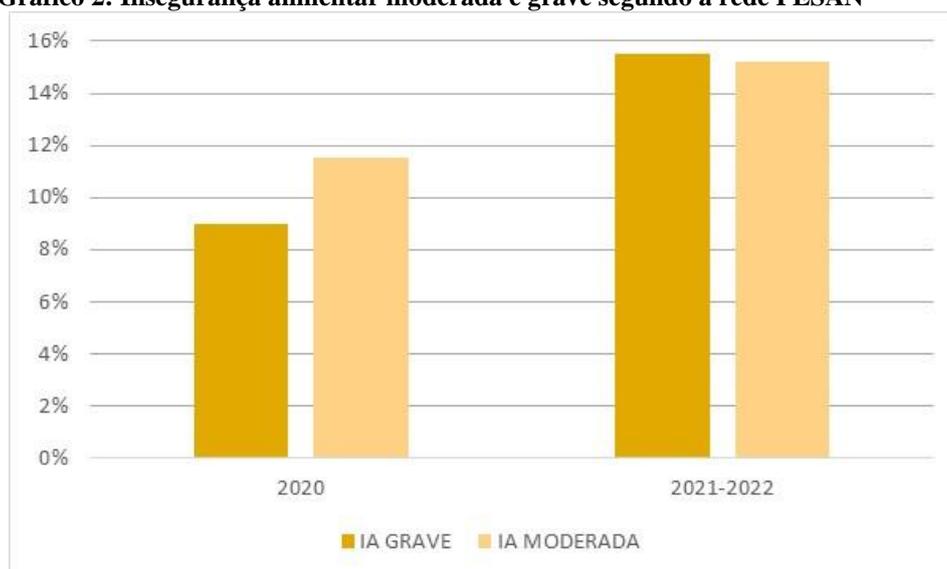
Gráfico 1: Insegurança alimentar moderada e severa segundo a ONU



Fonte: The State of Food Insecurity in the World 2021 e 2023, FAO/ONU

O gráfico 2, por sua vez, foi elaborado com dados dos inquéritos da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de 2021 e 2023. A metodologia da pesquisa define a insegurança alimentar a moderada como a redução quantitativa de comida na dieta dos adultos e a grave quando esta atinge as crianças. Ainda que a metodologia adotada seja diferente daquela utilizada pela FAO (e que nenhum das duas dê conta de captar a fome oculta), os resultados apontam na mesma direção: aumento nos dois tipos mais importantes de insegurança alimentar a partir de 2020.

Gráfico 2: Insegurança alimentar moderada e grave segundo a rede PESAN



Fonte: Rede PENSSAN

Assim, constata-se que, se a situação alimentar melhorou no país do início do século XXI até 2014, desde então a situação piorou consideravelmente, pelo menos até 2022. Esta constatação aponta para o fato de que a superação da fome deve ser uma preocupação permanente da sociedade, uma vez que resultados positivos podem ser rapidamente revertidos.

8 – Conclusão

O fenômeno da fome endêmica foi introduzido no território hoje conhecido como Brasil pelos portugueses, que trouxeram, além da fome oculta nas próprias naus, o sentido da colonização. É um aparente paradoxo que o contato com uma sociedade mais “civilizada” tenha trazido a fome para um território tão rico. Isso aponta para o questionamento do próprio conceito de civilização, hoje relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, como imperativo categórico: não um meio para se atingir um fim, a função social, mas como um fim em si mesmo.

Como se buscou expor, o sentido da colonização se desdobrou na estrutura fundiária do território brasileiro e na lógica dual de sua economia, cujas consequências este trabalho aborda. Ao longo e, paradoxalmente, no auge dos ciclos da cana, do ouro, do algodão e da borracha se observou o alastramento da fome. Com a concentração de fatores produtivos na exploração de tais produtos visando sua exportação, a produção de alimentos fica em segundo plano. Com isso os alimentos se tornam menos diversificados e mais escassos, portanto, mais caros. Isto provoca uma redução quantitativa de alimentos disponíveis e um empobrecimento qualitativo das dietas, em especial das populações menos abastadas, o que acarreta consequências biológicas nefastas. Contudo, como se buscou expor, em determinados momentos esta dinâmica chegou a ponto tão extremos de alastrar a fome mesmo para as camadas mais abastadas.

Esta análise preliminar da ocorrência do fenômeno nos ciclos selecionados aponta para dois elementos fundamentais, intrinsecamente relacionados, que ainda se fazem presentes nos dias de hoje: a elevada concentração de recursos e os baixos níveis de renda real. Enquanto a concentração de meios de produção em geral implica concentração de renda, a concentração de terras em latifúndios voltados à exportação reduz a quantidade e a variedade de alimentos ofertados no mercado doméstico, dificultando seu barateamento relativo. Dada a existência de baixos níveis de renda

nominal e seu elevado nível de concentração, isso implica em reduções quantitativas e, sobretudo, qualitativas na dieta nutricional de enormes contingentes populacionais no país.

Como apontado na seção anterior, esses dois elementos foram trabalhados no início do século XXI: ainda que não tenha havido uma reforma agrária propriamente dita, observou-se um forte estímulo à agricultura camponesa, por meio da conjugação de diversas políticas públicas. Por outro lado, o aumento das taxas de crescimento associado a um vigoroso processo de criação de empregos formais, conjugados com valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda, gerou um processo de elevação e de desconcentração da renda nacional. E assim, por meio da adoção destas (dentre outras) políticas o país logrou sair do mapa da fome em 2014, ainda que a reversão de tais políticas a partir me meados da década de 2010 o tenha feito retornar para o mesmo.

O contraste riqueza-fome é apenas uma das muitas contradições do sistema capitalista, sendo, infelizmente, uma questão estrutural. A monotonia alimentar, causada pela restrição da produção a um número restrito de substâncias alimentares, facilita o atendimento da demanda de crescentes contingentes populacionais, e é muito difícil de ser revertida sem que se altere a lógica do sistema, onde os interesses econômicos de minorias se sobrepõem às demandas sociais das massas. Acontece que o capitalismo também esbarra em limites: a natureza em fúria o obriga a repensar a questão ambiental, bem como o agravamento da fome (e de suas conseqüências para a humanidade) o obriga a repensar a questão social.

Bibliografia

2006 - 2010. Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo.

ARAÚJO, M. P. N.; COSTA-SOUZA, J.; TRAD, Leny Alves Bomfim. A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 17, p. 975-992, 2010.

BARROS, L. A década mais que perda do Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 41-67, 2022.

CASTRO, J. Geopolítica da fome. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

CASTRO, J. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cia. das Letras, 2006.

GALEANO, E. As Veias Abertas da América Latina. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1976.

GREMAUD, A. ET AL. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Atlas S.A., [1997] 2008.

PORTO, A. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 13, p. 1019-1027, 2006.

PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.

SIMONSEN, R. C. História econômica do Brasil: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005

SENNA. N. A Influência do índio em Linguagem Brasileira. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Rio de Janeiro, 1947.

STÉDILE, J. P. Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Editora Atual, 1997.

UNICEF ET AL. The state of food security and nutrition in the world 2014.2014.

UNICEF ET AL. The state of food security and nutrition in the world 2021. 2021.

UNICEF ET AL. The state of food security and nutrition in the world 2023. 2023.

VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.

VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2023.